

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 16/2013**

Período: 18/05/2013 – 24/05/2013

**GEDES – Brasil**

- 1- Comissão Nacional da Verdade I: Lei da Anistia provoca debates
- 2- Comissão Nacional da Verdade II: balanço de um ano de trabalho traz novas revelações
- 3- Governo Federal lança edital de recursos que inclui área de defesa
- 4- Militares patrulham fronteiras na Operação Ágata 7
- 5- Guerrilheiro conta detalhes de sua luta durante o regime militar
- 6- Jornalista questiona mudança no nome de logradouros públicos
- 7- Anistia Internacional sugere que Dilma fale sobre experiência pessoal
- 8- Protesto contra Lobão na Virada Cultural
- 9- Restauração de palácio paraguaio revela presença brasileira durante a Guerra do Paraguai
- 10- Crimes virtuais preocupam América Latina
- 11- Professora relata que general impediu que fosse torturada
- 12- Brasil prepara defesa e segurança pública para grandes eventos
- 13- FAB pede à Turquia que técnico brasileiro acompanhe investigações da queda de balão
- 14- Exército recebe dez blindados Gepard
- 15- Governador da Bahia media conflito entre Marinha e quilombolas
- 16- Russo invade quartel do Exército em Manaus

1- Comissão Nacional da Verdade I: Lei da Anistia provoca debates

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a Lei da Anistia (1979) impossibilita que os culpados por crimes ocorridos durante o regime militar brasileiro (1964-1985) sejam responsabilizados por seus atos. Aqueles que torturaram, mataram e ocultaram corpos durante o período militar são beneficiados por tal lei, que inclui tanto perseguidos quanto perseguidores. Segundo o periódico, em 2010 o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou a vigência da Lei da Anistia na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 153. Porém, também em 2010, a Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) considerou inaceitável a concessão de anistia aos perpetradores de crimes contra a humanidade, defendendo que todos os crimes cometidos durante do regime (especialmente na Guerrilha do Araguaia) devem ser julgados e seus praticantes condenados. De acordo com *O Estado*, o tema da Anistia tem provocado debates quanto à efetividade da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Alguns dos integrantes da Comissão estão convencidos de que o relatório final dos trabalhos deve recomendar a revisão da interpretação legal em vigor e a responsabilização penal de agentes de Estado que cometeram graves violações de direitos humanos durante o regime militar, conforme declarado durante o balanço de um ano dos trabalhos da CNV. Os integrantes que defendem a revisão argumentam que uma das tarefas da CNV é sugerir ao Estado brasileiro medidas eficazes para que as violações não se repitam, pois entendem que a anistia não tem valor jurídico em relação às violações aos direitos humanos. Segundo o jornal, as recomendações feitas pela CNV não geram obrigação jurídica, mas têm peso político. Porém, João Paulo

Cavalcanti, membro da CNV, afirmou ser contrário à revisão da lei. De acordo com Cavalcanti, a responsabilização dos envolvidos em crime contra os direitos humanos deve ocorrer no plano moral, uma vez que "a tortura está abaixo dos limites da dignidade humana. [Mas] juridicamente não". Outro integrante da CNV favorável à manutenção da lei, José Carlos Dias, afirmou que o colegiado não tem como objetivo a punição de pessoas envolvidas em mortes, torturas e desaparecimentos durante o regime militar. Dias argumentou que existe uma decisão do STF, na qual reconheceu que a Lei da Anistia atingiu tanto os que colaboraram com o regime quanto os que se opuseram e, por isso, a CNV não deve atuar contra tal decisão. Segundo o jornal, Dias defendeu que o colegiado não deve fazer investigações buscando a responsabilização penal; os fatos apurados poderiam ser objeto de uma ação do Estado eventualmente, não sendo, porém, esta uma atribuição da CNV. Diferentemente, Rosa Cardoso, Claudio Fonteles e Paulo Sérgio Pinheiro já se manifestaram a favor da revisão. Segundo Fonteles, "se tais condutas [violações], pela determinação constitucional, são imprescritíveis, por óbvio nunca podem ser esquecidas. E se não podem ser esquecidas, sentido algum se tem em falar de anistia." O cientista político Manoel Moraes, da Comissão da Memória e Verdade Dom Helder Câmara, afirmou ao *Estado* que a responsabilização penal seria a terceira etapa da "justiça de transição". Para Moraes, "começamos com reparação, agora estamos resgatando a memória e esperamos chegar à judicialização dos casos". O cientista político afirmou ainda que é o Ministério Público quem pode utilizar os documentos e as provas produzidos pela CNV para tentar responsabilizar penalmente os agentes repressores do regime. Em entrevista concedida ao *Estado*, Pablo de Greiff, diretor do Centro Internacional para a Justiça de Transição, alegou, sobre a demora em se criar a CNV no Brasil, que "o tempo não apaga as violações de direitos humanos" e que "nunca é tarde demais" para investigar os crimes cometidos. Entretanto, para ele, a demora em se estabelecer este tipo de comissão faz com que se aumente a intromissão de fatos "que não têm a ver com a justiça, como considerações políticas". Sobre a revisão da Lei da Anistia, Greiff afirmou que as comissões da verdade não podem se limitar a um "processo de aprendizagem do que ocorreu", devendo utilizar o conhecimento dos fatos para "fazer justiça". Greiff citou o exemplo da Argentina, onde o Exército reconheceu seus erros, culminando para a profissionalização dos próprios militares. Porém, segundo a *Folha*, o ministro da Defesa, Celso Amorim, em declaração ao periódico, afirmou que "independentemente de eventuais recomendações da Comissão, o governo Dilma Rousseff não respalda qualquer tentativa de punição de militares". Tal afirmação foi reforçada pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. (Correio Braziliense – 22/05/13; Folha de S. Paulo – Internacional – 18/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 19/05/13; Folha de S. Paulo - Poder – 22/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 23/05/13; Folha de S. Paulo – Poder – 24/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 20/05/13)

## 2- Comissão Nacional da Verdade II: balanço de um ano de trabalho traz novas revelações

Segundo os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Comissão Nacional da Verdade (CNV), durante o balanço de um ano de trabalho, declarou que a Marinha mentiu para a Presidência da República, o Ministério

da Justiça e a Câmara dos Deputados, quando questionada, em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, sobre militantes da Guerrilha do Araguaia (1967-1974). De acordo com *O Estado*, o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) informou que os guerrilheiros mortos no Araguaia estavam foragidos. Segundo os jornais, tal acusação é resultado de um estudo realizado pela equipe da pesquisadora Heloísa Starling, assessora da CNV, segundo o qual as informações fornecidas pela Marinha em 1993 não correspondem com o prontuário de pessoas mortas produzido pelo Cenimar em 1972. A Marinha, em resposta a tal acusação, afirmou que “todos os registros existentes nos arquivos da instituição, solicitados pelo Ministério da Justiça, foram encaminhados em fevereiro [de 1993]”. Ademais, a Força declarou que seguirá “contribuindo para a consecução das tarefas desempenhadas pela Comissão Nacional da Verdade, colocando-se à inteira disposição para o atendimento de qualquer demanda”. Ainda de acordo com o *Estado*, a CNV apresentou um organograma dos centros de repressão do regime militar (1964-1985), que aponta que os então ministros da Aeronáutica, Márcio de Souza Mello, do Exército, Orlando Geisel e da Marinha, Adalberto de Barros Nunes, “encabeçavam um esquema que tinha o Centro de Operações de Defesa Interno (Codi), comandado pelo general Siseno Sarmento, como polo irradiador das ações e operações”. Logo abaixo na escala hierárquica estavam os centros de inteligência das três Forças – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Centro de Informações do Exército (CIE) e Centro de Informações da Marinha (Cenimar). De acordo com *O Estado*, o organograma é resultado de uma pesquisa, segundo a qual a tortura durante o regime militar teve início antes mesmo do Ato Institucional Nº5 (AI-5). (Folha se S. Paulo - Poder – 22/05/13; O Estado de S. Paulo – Política – 22/05/13)

### 3- Governo Federal lança edital de recursos que inclui área de defesa

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o governo federal lançou no dia 17/05/13 um edital para financiamento de projetos em duas áreas estratégicas para o país: aeroespacial e defesa. Nele, constam recursos de R\$ 2,9 bilhões, que deverão ser destinados ao Plano de Apoio Conjunto Inova Aerodefesa até 2017, dos quais R\$ 2,4 bilhões estarão a cargo do Financiamento de Estudos e Projetos (FINEP) – vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – e R\$ 500 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). De acordo com *O Estado*, o edital levanta a possível existência de “encomendas e ‘aquisição estratégica’” por parte do Ministério da Defesa e da Agência Espacial Brasileira. Na defesa tem destaque a área de sensoriamento remoto, radar ou ótico, destinado ao uso em veículo terrestre, naval e aéreo. (O Estado de S. Paulo – Mercado – 18/05/13)

### 4- Militares patrulham fronteiras na Operação Ágata 7

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, 25 mil militares foram mobilizados para a Operação Ágata 7, a maior ação militar realizada no governo de Dilma Rousseff. Iniciada em 17/05/13, pela primeira vez as fronteiras do Brasil com 11 países da América do Sul estão sendo patrulhadas simultaneamente num trabalho envolvendo Marinha, Exército e Força Aérea Brasileira (FAB), por pelo menos 20 dias. A operação, além de combater o contrabando, o tráfico de

drogas e delitos ambientais, também tem valor simbólico ao mostrar capacidade de mobilização militar marcando presença nas fronteiras. Segundo o Chefe de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, o brigadeiro Ricardo Machado Vieira, as seis operações Ágata anteriores garantiram experiência: “hoje sabemos onde são os pontos principais”. O brigadeiro ainda garantiu que a realização da Operação Ágata 7 pouco antes da Copa das Confederações e da Jornada Mundial da Juventude não é mera coincidência. (Correio Braziliense – 19/05/13)

#### 5- Guerrilheiro conta detalhes de sua luta durante o regime militar

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, o guerrilheiro Wellington Moreira Diniz revelou pela primeira vez, em depoimento ao *Correio* e ao periódico *Estado de Minas*, detalhes de sua biografia. Diniz, que lutou contra o regime militar no Brasil (1964-1985), foi acusado de 38 assaltos e 12 assassinatos e foi julgado no dia 24/05/13 pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Diniz, que diz ter começado a militância política na escola técnica industrial, integrou a Ação Popular (AP) e foi preso em 1968. Após deixar a prisão, ingressou no Comando de Libertação Nacional (Colina), que se fundiu com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e formou a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). De acordo com Diniz, sua maior e mais notória ação foi o roubo de US\$ 2,598 milhões do cofre da amante do político Adhemar de Barros, estando entre os líderes dos 11 militantes da VAR-Palmares que participaram da ação. Após o assalto houve um encontro da VAR-Palmares em Teresópolis, estado do Rio de Janeiro, reunindo um grupo liderado pelo ex-capitão do Exército, Carlos Lamarca, que priorizava ações armadas, e outro grupo, do qual Dilma Rousseff fazia parte, que defendia a conscientização de trabalhadores. Diniz, que era segurança de Lamarca, foi preso no Rio de Janeiro e torturado. Sua libertação foi negociada em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pelo grupo de Lamarca. Após ser solto, fugiu para o Chile onde foi segurança do então presidente cubano, Fidel Castro, em visita ao país governado por Salvador Allende. Viveu no Chile até o general Augusto Pinochet tomar o poder. Tendo o nome incluído na lista de procurados, Diniz fugiu para a Itália. (Correio Braziliense – 19/05/13)

#### 6- Jornalista questiona mudança no nome de logradouros públicos

Em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo*, o jornalista Carlos Heitor Cony criticou a falta de resultados concretos revelados pelas Comissões da Verdade e afirmou ser natural esperar que sejam esclarecidos pontos obscuros de nossa história. O jornalista ainda comentou sobre a lei que possibilita mudar o nome de logradouros públicos que homenageiem responsáveis por crimes durante o regime militar (1964-1985) e questionou nomes como os da Rodovia Castelo Branco e da Ponte Costa e Silva. (Folha de S. Paulo – Opinião – 19/05/13)

#### 7- Anistia Internacional sugere que Dilma fale sobre experiência pessoal

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, a Organização Não Governamental Anistia Internacional, em artigo sobre o balanço de um ano de atividade da Comissão Nacional da Verdade, sugeriu que a presidenta da República, Dilma Rousseff, relate os episódios de tortura que sofreu durante o regime militar (1964-1985) em depoimento público. A Anistia Internacional ainda recomendou que o colegiado realize mais sessões abertas de modo que as audiências fechadas sejam reservadas apenas para situações extremas. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/05/13)

#### 8- Protesto contra Lobão na Virada Cultural

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, a nona edição da Virada Cultural de São Paulo foi marcada por protestos. Durante a apresentação do cantor João Luiz Woerdenbag Filho, conhecido como Lobão, o artista independente e parte da organização do movimento “Existe Amor em SP”, Paulinho Fluxus, protestou contra Lobão. Segundo o artista, o ato foi um protesto contra a declaração feita por Lobão em 2011: “aí tem que ter anistia pros caras de esquerda que sequestraram o embaixador [dos EUA Charles Elbrick, sequestrado por grupos de resistência em 1969], e pros caras que torturavam, arrancavam umas unhazinhas, não [risos]?”. Fluxus considerou a declaração como uma agressão à memória de seu pai, que foi preso e torturado em 1975. (Folha de S. Paulo – Poder – 19/05/13)

#### 9- Restauração de palácio paraguaio revela presença brasileira durante a Guerra do Paraguai

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, foram descobertos no palácio presidencial do Paraguai inscrições e rabiscos feitos por soldados brasileiros durante a ocupação do Palácio de López na Guerra do Paraguai (1864-1870). A descoberta foi feita por uma equipe de restauradores que encontrou também uma bala de canhão incrustada por mais de cem anos na estrutura do prédio. O Palácio, construído em 1857 para ser a residência do então presidente Francisco Solano Lopez, teve como seus primeiros moradores os militares brasileiros que retornaram à cidade após o bombardeio ao prédio. O atual presidente do Paraguai, Federico Franco, sugeriu que os desenhos e escritos fossem cobertos com tinta, enquanto os restauradores defenderam que fossem preservados sob uma lâmina de vidro. O arquiteto responsável pela reforma, Carlos Cataldi, afirmou que "alguns defendem que ali está a ferida causada pelo Império [do Brasil] ao Paraguai, que o palácio é o nosso Auschwitz. Mas, para nós, é importante deixar como testemunho da história pela qual passamos". (Folha de S. Paulo – Mundo – 19/05/13)

#### 10- Crimes virtuais preocupam América Latina

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, um estudo inédito elaborado a pedido da Organização dos Estados Americanos (OEA) expôs a vulnerabilidade da América Latina a crimes cibernéticos. O estudo, feito pela consultoria Trend Micro, apontou o aumento do número de ataques e dos tipos de ameaças, que vão desde crimes financeiros até ofensivas com motivação política, como por

exemplo, o “hacktivismo”. Paul Rosenzweig, formulador de estratégia de proteção eletrônica do Departamento de Segurança dos EUA, apontou que “governos e empresas da América Latina ainda veem cibersegurança como um ‘custo desnecessário’, principalmente por se tratar de uma região onde a possibilidade de uma guerra entre Estados, com o uso de ataques online, é remota”. O Brasil, que não participou do estudo, é um dos alvos mais frequentes de crimes virtuais. Segundo o pesquisador do Council on Foreign Relations, Adam Segal, convidado pelo governo federal para discutir segurança virtual com militares, “o governo brasileiro está empenhado, mas ainda é o começo de um longo caminho”. O Brasil está se preparando para evitar ataques cibernéticos durante grandes eventos, como a Copa do Mundo (2014) e Olimpíadas (2016). Os sistemas informáticos desses eventos serão monitorados pelo Centro de Defesa Cibernética do Exército. O general José Carlos dos Santos afirmou que o Brasil está tão pronto quanto a Grã-Bretanha esteve para as Olimpíadas de Londres em termos de segurança virtual e afirmou que o risco de ciberataque é baixo. Em coluna especial para o *Estado*, a pesquisadora Johanna Mendelson Forman afirmou que os latino-americanos chegaram tarde à questão da cibersegurança. Apesar de países como Brasil e Colômbia montarem operações de defesa cibernética em suas Forças Armadas, a capacidade de defesa hemisférica está longe de ser concretizada. Segundo a pesquisadora “cada país deve investir no treinamento de uma nova geração de combatentes em prol da segurança cibernética, capazes de defender o seu país contra as crescentes ameaças às redes nacionais computadorizadas”. Forman ainda argumentou que é preciso criar formas de regulação regional para os crimes cibernéticos, pois a falta de leis comuns ou definições de crimes cibernéticos dificultam o trabalho das forças de segurança. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 19/05/13)

#### 11- Professora relata que general impediu que fosse torturada

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, no dia 20/05/13, a professora e militante durante o regime militar (1964-1985), Sarita D’Ávila Mello, relatou perante a Comissão Municipal da Verdade de São Paulo que, em outubro de 1975, o então comandante do 2.º Exército e parente de Sarita D’Ávila Mello, general Ednardo D’Ávila Mello, esteve no Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) da cidade, para impedir que ela fosse torturada. Segundo Sarita, a presença do general no DOI-Codi prova que o Alto Comando das Forças Armadas sabia das violações dos direitos humanos que aconteciam no local, assim como indica a falta de confiança que o general possuía em seus subordinados. “Ele não confiava na máquina da repressão. Podia ter apenas dado uma ordem. Não precisava ir lá para ver uma menina de 23 anos.” O jornal ressaltou ainda que Sarita foi solta em 24/10/1975, enquanto que o jornalista Vladimir Herzog, militante do mesmo partido, foi morto nas instalações no dia seguinte, e o operário Manoel Fiel Filho morto pelo mesmo grupo repressor dois meses após sua saída. Segundo *O Estado*, a Comissão da Verdade de São Paulo ouviu também no dia 20/05/13 na Assembleia Legislativa, a procuradora do Ministério Público Federal, Eugenia Augusta Gonzaga, a qual evidenciou o descaso com a identificação das vítimas do regime militar que estão sepultadas no Cemitério Dom Bosco, localizado na cidade de São Paulo. Na mesma sessão, o

secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão, alegou que a falta de grupos de antropologia e arqueologia forense dificulta a identificação, sendo esta "uma lacuna no Estado de Direito brasileiro". (O Estado de S. Paulo – Política – 21/05/13)

#### 12- Brasil prepara defesa e segurança pública para grandes eventos

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, o Exército, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Corpo de Bombeiros realizaram no dia 22/05/13 um exercício conjunto de simulação de uma ação contra terrorista na cidade de Brasília. A operação, realizada na estação de tratamento de água da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb), teve como objetivo preparar os órgãos de defesa nacional e de segurança pública para ações conjuntas durante a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo de 2014. De acordo com o *Correio*, foram mobilizados 120 militares e 13 bombeiros na ação, incluindo soldados especializados em ameaças químicas e radioativas, bem como seis veículos do Exército e do Corpo de Bombeiros. Segundo o chefe do Comando Militar do Planalto, general Gerson Menandro, um atentado a uma estrutura como a Caesb traria danos à população, pois a estação de tratamento "é uma estrutura estratégica, assim como pontos de telecomunicação, de transporte, de energia e o espaço aéreo". De acordo com o diretor de Contraterrorismo da Abin, Luiz Salaberry, as informações sobre riscos na área de Defesa são fornecidos pela Agência ao Exército, enquanto que as informações na área de segurança pública são enviadas ao Ministério da Justiça. Além disso, segundo Salaberry, "temos de tratar o Brasil como se fosse o principal alvo de organizações terroristas para estarmos sempre preparados. Já fazemos esses trabalhos há muitos anos". No dia 23/05/13, foi a vez da Marinha realizar dois exercícios, cujo objetivo era simular a contenção de ameaças nos hotéis da capital federal, que serão utilizados pela Seleção Brasileira de Futebol e pela comitiva da Fifa. Segundo o comandante do Grupamento dos Fuzileiros Navais de Brasília, Athila de Faria Oliveira, responsável pelo primeiro exercício, "o emprego das Forças Armadas ocorrerá apenas se as estrutura padrão do Estado não surtir efeito, como a força policial". Já o responsável pelo segundo exercício, o comandante Haroldo Vasques, informou que os exercícios são para garantir a tranquilidade dos jogos. Em entrevista para o jornal *O Estado de S. Paulo* o diretor-geral da Abin, Wilson Trezza, afirmou que o crime comum é o que mais preocupa em relação aos grandes eventos que o Brasil receberá. Segundo Trezza, o terrorismo, apesar de ser uma possibilidade, não é provável e outras preocupações como manifestações e rivalidade das torcidas merecem atenção. Sobre a Operação Ágata 7, o diretor-geral da Abin afirmou que controlará a entrada e saída de pessoas e materiais ilícitos nas fronteiras, a fim de aumentar a segurança e combater crimes que possam vir a ameaçar os grandes eventos. (*Correio Braziliense* – 23/05/13; *Correio Braziliense* – Cidade - 25/05/13; *O Estado de S. Paulo* – Internacional – 19/05/13)

13- FAB pede à Turquia que técnico brasileiro acompanhe investigações da queda de balão

Conforme publicado no periódico *O Estado de S. Paulo*, a Força Aérea Brasileira solicitou à Turquia que as investigações da queda de um balão na região da Capadócia que ocasionou a morte de três brasileiras sejam acompanhadas por um técnico do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA). Segundo o jornal, o objetivo do pedido não é interferir nas investigações, mas ganhar conhecimento. Além disso, esse tipo de acidente é habitualmente objeto de investigação no Brasil. (*O Estado de S. Paulo – Caderno 2 – 23/05/13*)

14- Exército recebe dez blindados Gepard

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o Exército Brasileiro recebeu dez blindados alemães Gepard usados, de artilharia antiaérea, adquiridos por aproximadamente R\$ 2 milhões cada um. Ao todo foram adquiridos 34 veículos que serão entregues entre 2014 e 2016. Os primeiros blindados a chegar no Brasil serão utilizados durante a abertura e o encerramento da Copa das Confederações, que ocorrerão nas cidades de Brasília e Rio de Janeiro em junho. A aquisição dos blindados foi realizada por exigência da Fifa para a Copa do Mundo de 2014. (*Folha de S. Paulo – Poder - 24/05/13*)

15- Governador da Bahia media conflito entre Marinha e quilombolas

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, Jaques Wagner, governador da Bahia, mediu as negociações entre a Marinha e as 70 famílias da comunidade quilombola Rio dos Macacos, localizada na região metropolitana de Salvador. A Força ofereceu aos quilombolas uma área com a garantia de direito a água, moradia e até aposentadoria. (*Correio Braziliense - 25/05/13*)

16- Russo invade quartel do Exército em Manaus

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, o fotógrafo e jornalista russo de 42 anos, Denis Alexandrovich Saltanov, foi preso em flagrante no dia 19/04/13 quando entrou clandestinamente no Centro de Instrução de Guerra na Selva (GICS) do Exército, na cidade de Manaus, estado do Amazonas. Saltanov foi denunciado por "penetrar em estabelecimento militar por onde seja defeso ou não haja passagem regular" (artigo 302 do Código Penal Militar). De acordo com a tenente que o abordou dentro do quartel, Saltanov afirmou que entrara clandestinamente "para testar o treinamento dos soldados". Um major confirmou que ele sabia que o que fizera era ilegal. Entretanto, em seu interrogatório, o russo afirmou que pretendia visitar o zoológico que fica dentro do GICS e é um dos pontos turísticos da cidade. O defensor público da União Thomas Luchsinger, responsável pela defesa de Saltanov, afirmou que o interesse de seu cliente era apenas visitar o zoológico e nega as demais acusações contra ele. De acordo com a Embaixada da Rússia, Saltanov não responde por nenhum crime em seu país; além disso, está tendo todo apoio consular e diplomático necessário. O *Estado* procurou o Comando Militar da Amazônia (CMA) para questionar sobre duas atualizações feitas por Saltanov na rede social Facebook nos dias 22 e 23/05/13. O CMA negou que ele tenha



acesso a computadores ou celulares na cela da 12.<sup>a</sup> Companhia de Polícia do Exército em Manaus. (O Estado de S. Paulo – Metrópole - 24/05/12)

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br).

### **Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Bruce Scheidl Campos (Redator, graduando em Relações Internacionais); Cristal Moraes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista Proex); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, Redatora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo P. M. Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais; bolsista Proex).